



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS

DE MACAÉ – Aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às 10h24min, realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Macaé, em formato virtual, sob a condução do Presidente do Conselho, conselheiro Kuíka, com apoio da conselheira Janine, representante da Secretaria Municipal de Cultura, que iniciou os trabalhos solicitando que todos os participantes se identificassem nominalmente antes das manifestações, a fim de facilitar o registro da ata e a identificação das falas constantes da transcrição oficial da reunião. Após verificação de quórum, foram registrados como presentes os seguintes conselheiros: Kuíka – Produção Cultural; Janine – Secretaria Municipal de Cultura; Arthur – Procuradoria Geral do Município; Dayane – Turismo; Grazielle (Grazi) – Patrimônio Cultural; Juliana – Artesanato; Luma – Artes Plásticas; Márcio – Teatro; Pollyana – Dança; Tati Veras – Música; Conceição – Cultura Popular; Estevam Benedek (Pepe) – Cultura Urbana; Marlon – Governo; Jéssica – Saúde; Gabriela – Literatura; além da suplente Brenda, do segmento Teatro, sem direito a voto em razão da presença do titular. Também participaram da reunião as conselheiras Roberta Machado, suplente da Dança; Jacques Esteves, suplente da música; e demais participantes da sociedade civil entre eles Gabriel; Júnior Moreno; Rastricinha; Luiz Cláudio (Lélis); Patrícia Bastos; Rubinho. O Presidente Kuíka realizou a abertura formal da reunião e apresentou a pauta do dia, composta pelos seguintes itens: apresentação e posse online dos novos conselheiros; leitura e aprovação da ata da reunião ordinária realizada em 12 de março de 2026; discussão sobre realização de reuniões presenciais e híbridas; debate acerca do Fundo Municipal de Cultura e apoio administrativo previsto na legislação municipal; discussão sobre a Lei Municipal nº 5.489/2026; debate sobre o novo credenciamento cultural; informes relativos à Política Nacional Aldir Blanc – PNAB; reformulação do CPF da Cultura; e assuntos gerais. Na sequência, passaram a se apresentar os novos integrantes do Conselho. O conselheiro Estevam Benedek, conhecido como Pepe, representante da Cultura Urbana, afirmou ingressar no Conselho com espírito colaborativo e disposição para contribuir com os debates culturais do município.



30 Jacques Esteves apresentou-se como cantora, artista e produtora cultural, informando
31 estar em deslocamento no momento da reunião, mas colocando-se à disposição para
32 colaborar com o colegiado. Roberta Machado, suplente da Dança, relatou sua trajetória
33 de aproximadamente vinte anos de atuação no segmento da dança em Macaé,
34 destacando seu interesse em fortalecer as políticas públicas culturais do município.
35 Passou-se então à leitura e apreciação da ata da reunião ordinária anterior. Durante a
36 análise do documento, a conselheira Grazi manifestou preocupação com
37 inconsistências formais presentes no texto, apontando erros de identificação de
38 participantes, ausência de clareza em determinados trechos e dificuldades decorrentes
39 da falta de padronização técnica do documento. Sugeriu que as futuras atas possuam
40 linhas numeradas, a fim de facilitar referências, correções e manifestações posteriores
41 dos conselheiros. Também destacou que alguns trechos permaneceram confusos em
42 razão da dificuldade de identificação das falas no áudio original da reunião anterior. Em
43 resposta, a conselheira Janine esclareceu que a gravação da reunião anterior possuía
44 apenas registro em áudio, sem vídeo, dificultando significativamente a identificação
45 dos participantes. O conselheiro Marlon, responsável pela elaboração da ata, informou
46 que já havia realizado diversas correções sugeridas previamente pelos conselheiros e
47 explicou que o elevado nível de detalhamento do documento decorreu de solicitação
48 expressa realizada pelo próprio plenário em razão dos debates mais sensíveis ocorridos
49 na reunião anterior. Durante a discussão sobre a ata, Luiz Cláudio (Lélis) manifestou-se
50 criticando o formato excessivamente detalhado do documento, afirmando que a ata
51 aproximava-se de uma transcrição integral da reunião, quando, em sua visão, deveria
52 se restringir às deliberações e encaminhamentos principais do colegiado. A Conselheira
53 Janine esclareceu novamente que o detalhamento excepcional ocorreu por
54 determinação do próprio Conselho diante da relevância política dos debates
55 anteriormente realizados. Após os esclarecimentos e correções sugeridas no chat da
56 reunião, a ata foi submetida à aprovação, sendo aprovada pela maioria dos
57 conselheiros presentes. Na sequência, iniciou-se amplo debate sobre a realização de
58 reuniões presenciais e híbridas do Conselho. O Presidente Kuíka ressaltou as



59 dificuldades logísticas historicamente enfrentadas pelo colegiado, especialmente em
60 razão da dispersão territorial dos conselheiros e da incompatibilidade de horários dos
61 participantes. Recordou que, em gestões anteriores, as reuniões presenciais
62 frequentemente avançavam pela noite, gerando desgaste físico e dificuldades de
63 permanência dos participantes, sobretudo daqueles residentes em localidades mais
64 afastadas do centro urbano. Ressaltou ainda que a atual composição do Conselho
65 ampliou significativamente a representatividade territorial, incluindo representantes da
66 região serrana e de diferentes segmentos culturais, o que torna a logística ainda mais
67 complexa. A conselheira Dayane defendeu a adoção de modelo híbrido de reuniões,
68 permitindo participação presencial daqueles que puderem comparecer fisicamente e
69 participação virtual dos demais membros. A Conselheira Juliana sugeriu que a
70 Secretaria Municipal de Cultura disponibilize transporte institucional para
71 deslocamento dos conselheiros, especialmente em reuniões realizadas no Sana,
72 considerando as dificuldades financeiras e de mobilidade enfrentadas por alguns
73 representantes culturais. Gabriel defendeu a necessidade de realização de reuniões
74 extraordinárias com maior duração e aprofundamento, inclusive aos finais de semana,
75 argumentando que o atual formato das reuniões ordinárias inviabiliza discussões
76 estruturantes sobre políticas culturais. Júnior Moreno realizou manifestação mais
77 contundente, defendendo que o exercício da função de conselheiro exige compromisso
78 político efetivo e disponibilidade concreta para participação ativa nos debates culturais
79 do município. Criticou o fato de determinados conselheiros utilizarem compromissos
80 pessoais e profissionais como justificativa recorrente para ausência ou limitação de
81 participação, afirmando que o Conselho deve ser compreendido como espaço de
82 militância, formulação política e construção coletiva de políticas públicas culturais. A
83 conselheira Janine propôs que a próxima reunião ordinária fosse realizada
84 presencialmente no Sana, com disponibilização de transporte institucional pela
85 Secretaria Municipal de Cultura, sugerindo saída de Macaé às 17h para realização da
86 reunião no distrito serrano. Também propôs a realização de reunião extraordinária
87 específica para debate exclusivo sobre o novo credenciamento cultural, alertando que



88 o calendário eleitoral poderia limitar a possibilidade de futuras alterações
89 administrativas no processo. Passou-se então ao debate sobre o novo credenciamento
90 cultural. A conselheira Janine explicou que o documento apresentado pela Secretaria
91 Municipal de Cultura não representa mera continuidade do modelo anterior, mas uma
92 tentativa de construção de política pública cultural mais ampla, estruturada e
93 descentralizada, prevendo expansão de oficinas culturais, ações formativas,
94 apresentações artísticas e atividades culturais em bairros periféricos, CRAS, escolas e
95 equipamentos públicos culturais. Ressaltou ainda que muitas das ações previstas
96 representam metas futuras de implementação e não necessariamente um retrato
97 imediato da estrutura cultural existente no município. Rastricinha manifestou
98 preocupação com determinadas previsões do documento, especialmente relacionadas
99 ao audiovisual, afirmando que algumas ações descritas não correspondem à realidade
100 efetiva da política cultural executada atualmente no município. Alertou para o risco de
101 formalização de uma política pública meramente documental, sem efetivo impacto
102 prático na realidade cultural local. Gabriel também criticou a ausência histórica de
103 políticas públicas estruturadas para o audiovisual em Macaé, afirmando que o
104 segmento permanece invisibilizado e sem acesso efetivo às oportunidades culturais do
105 município. Janine respondeu esclarecendo que o objetivo do novo credenciamento é
106 justamente transformar ações pontuais em políticas permanentes e estruturadas,
107 afirmando ainda que poucas setoriais encaminharam formalmente sugestões concretas
108 de alteração ao texto-base apresentado pela Secretaria, destacando positivamente as
109 contribuições encaminhadas pelo segmento da dança, por meio da conselheira
110 Pollyana. Ao prestar informes sobre a Política Nacional Aldir Blanc – PNAB, a
111 conselheira Janine apresentou detalhado histórico sobre o andamento dos processos
112 administrativos relacionados à política cultural federal no município. Explicou que,
113 desde o ano anterior, a Secretaria Municipal de Cultura vem buscando estruturar
114 modelo técnico adequado para contratação de pareceristas externos e apoio
115 operacional aos editais. Relatou tentativas de contratação junto à Fundação Getúlio
116 Vargas e ao SEBRAE, sem êxito, informando posteriormente a contratação de empresa



117 especializada com experiência em execução da PNAB em outros municípios.
118 Comunicou ainda que o contrato com a empresa responsável pela gestão técnica dos
119 editais havia sido assinado no dia anterior à reunião, prevendo publicação dos editais
120 em aproximadamente quinze dias. Ressaltou que todos os editais foram estruturados a
121 partir das escutas públicas realizadas no município e das diretrizes estabelecidas pelo
122 Ministério da Cultura. Júnior Moreno realizou forte crítica à ausência histórica de
123 políticas municipais permanentes de fomento cultural, afirmando que o município
124 permanece excessivamente dependente de recursos federais e sem política própria de
125 financiamento estruturado da cultura. Em sua manifestação, afirmou que sucessivas
126 gestões municipais demonstram baixo interesse efetivo no fortalecimento das políticas
127 culturais do município. Gabriel também criticou o funcionamento do Conselho,
128 afirmando que grande parte da classe artística não acredita mais na efetividade do
129 colegiado, sustentando que o Conselho serviria mais à Secretaria de Cultura do que aos
130 agentes culturais independentes. Em resposta, Janine defendeu a atuação dos
131 conselheiros e ressaltou que os próprios atrasos e impasses demonstram justamente a
132 independência do Conselho frente à Secretaria Municipal de Cultura, afirmando que
133 diversas propostas apresentadas pela gestão vêm sendo amplamente debatidas,
134 alteradas e questionadas pelos representantes da sociedade civil. A conselheira Janine
135 realizou manifestação acerca de ataques pessoais direcionados a mulheres ligadas à
136 gestão cultural do município. Relatou ter tomado conhecimento de vídeo divulgado em
137 redes sociais contendo críticas pejorativas direcionadas à Secretária Municipal de
138 Cultura, afirmando que o conteúdo extrapola os limites da crítica política legítima e
139 ingressa no campo da violência moral e simbólica contra mulheres. Destacou que
140 divergências políticas e críticas administrativas são legítimas dentro do ambiente
141 democrático, mas afirmou considerar inadmissíveis ataques voltados à honra, moral e
142 reputação pessoal de mulheres que atuam na gestão pública cultural. Ressaltou ainda o
143 intenso desgaste físico e emocional enfrentado pelas servidoras da Secretaria
144 Municipal de Cultura, mencionando o esforço desempenhado pelas mulheres
145 diretamente envolvidas na execução das políticas culturais e da PNAB, afirmando que



146 muitas vêm sacrificando vida pessoal, saúde e convivência familiar para garantir a
147 continuidade das ações culturais do município. O Presidente Kuíka manifestou
148 solidariedade à fala da conselheira Janine, reforçando a necessidade de manutenção
149 do respeito institucional dentro e fora do Conselho e destacando que o fortalecimento
150 das políticas culturais depende da construção coletiva e do diálogo democrático entre
151 os diferentes segmentos culturais do município. Na sequência, a conselheira Juliana
152 apresentou debate acerca da Lei Municipal nº 5.489/2026, de autoria da Vereadora
153 Manu Rezende, relacionada ao setor cultural e às políticas públicas desenvolvidas no
154 município. Durante a discussão, foram levantadas preocupações quanto aos impactos
155 práticos da legislação, especialmente em relação à competência do Conselho Municipal
156 de Políticas Culturais, à necessidade de regulamentação da matéria e aos reflexos da
157 norma sobre os agentes culturais e manifestações culturais já existentes no território.
158 Os conselheiros destacaram a importância de que toda legislação voltada à cultura seja
159 construída em diálogo com o Conselho Municipal de Políticas Culturais e com os
160 segmentos culturais diretamente afetados, reforçando o papel do colegiado enquanto
161 instância de participação social, controle democrático e formulação de políticas
162 públicas culturais. Durante o debate, alguns participantes manifestaram preocupação
163 quanto à possibilidade de sobreposição de competências administrativas e quanto à
164 necessidade de compatibilização da nova legislação com normas já existentes no
165 município e com as diretrizes nacionais de política cultural. Também foram feitas
166 considerações acerca da importância de garantir segurança jurídica, ampla participação
167 social e mecanismos transparentes de implementação da lei. A conselheira Grazi
168 destacou a importância de análise criteriosa da legislação e de seus efeitos concretos
169 sobre as políticas culturais municipais, ressaltando que normas aprovadas sem amplo
170 debate com os segmentos culturais podem gerar dificuldades de aplicação prática e
171 insegurança institucional. Defendeu ainda que o Conselho acompanhe os
172 desdobramentos da regulamentação da lei e participe ativamente das futuras
173 discussões relacionadas à sua implementação. No decorrer das discussões, os
174 conselheiros deliberaram pela expedição de ofício do Conselho Municipal de Políticas



Culturais ao gabinete da Vereadora Manu Rezende, autora da Lei nº 5.489/2026, solicitando esclarecimentos acerca dos objetivos, alcance, forma de implementação e eventuais impactos da referida legislação sobre as políticas culturais do município e sobre os segmentos culturais envolvidos, bem como esclarecimentos quanto à construção da proposta legislativa e eventual diálogo prévio com os setores culturais afetados. Também ficou consignada a importância de manutenção do diálogo institucional entre o Poder Legislativo, o Conselho Municipal de Políticas Culturais e a Secretaria Municipal de Cultura, visando garantir que a aplicação da legislação ocorra de forma democrática, transparente e alinhada às demandas reais da comunidade cultural macaense. Na sequência, a conselheira Juliana apresentou relatório das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho de Comunicação, composto pelas conselheiras Juliana, Luma e Grazielle. Informou que o grupo havia realizado sua primeira reunião na semana anterior e que, diante da quantidade de demandas identificadas, entendia ser necessária a ampliação da equipe, propondo a inclusão de mais dois conselheiros interessados em integrar o grupo. Esclareceu que, por se tratar de Grupo de Trabalho regimental, sua composição deveria ser formada exclusivamente por conselheiros. Ficou deliberado que o convite para participação seria posteriormente disponibilizado no grupo oficial do Conselho para manifestação dos interessados. Juliana informou ainda que o Grupo de Trabalho elaborou formulário eletrônico destinado ao recebimento de sugestões de pauta para as reuniões do Conselho, destacando a importância de que tanto os conselheiros quanto a sociedade civil utilizem esse instrumento para encaminhamento de propostas, permitindo melhor organização e análise prévia dos assuntos a serem discutidos. Informou que o formulário já se encontrava disponível por meio do Linktree e na biografia da página oficial do Conselho no Instagram, solicitando apoio dos conselheiros para sua ampla divulgação. Na sequência, o Grupo de Trabalho propôs a realização de reunião extraordinária destinada exclusivamente aos conselheiros para apresentação da estrutura de comunicação do Conselho, orientação sobre acesso aos documentos institucionais armazenados em ambiente digital e esclarecimentos sobre a utilização



204 das ferramentas de gestão documental disponibilizadas pelo grupo. Foi esclarecido que
205 a reunião teria caráter interno, uma vez que trataria de procedimentos administrativos
206 e de acesso aos sistemas utilizados pelos conselheiros. Em seus informes, Juliana
207 solicitou que todos os conselheiros preenchessem o formulário de apresentação
208 individual disponibilizado pelo GT, encaminhando fotografia e informações pessoais
209 para divulgação institucional dos membros do Conselho nas redes sociais. Ressaltou
210 que a iniciativa visa ampliar a transparência e permitir que a sociedade civil conheça
211 seus representantes. Também orientou os conselheiros a entrarem em contato com os
212 representantes da gestão anterior para recuperação e continuidade dos grupos
213 setoriais já existentes, destacando a necessidade de fortalecimento das setoriais ao
214 longo do mandato e não apenas durante as reuniões ordinárias do Conselho. Foi ainda
215 deliberado que as reuniões setoriais deverão ser comunicadas previamente ao Grupo
216 de Trabalho de Comunicação, preferencialmente com antecedência mínima de uma
217 semana, mediante encaminhamento de e-mail contendo data, horário e demais
218 informações necessárias para divulgação nos canais institucionais do Conselho. A
219 conselheira Juliana reforçou a obrigatoriedade de gravação das reuniões setoriais
220 realizadas em ambiente virtual e, quando presenciais, ao menos do registro em áudio,
221 de forma a subsidiar a elaboração das respectivas atas. Informou ainda que foram
222 criados espaços digitais específicos para cada setorial, destinados ao armazenamento
223 das atas e demais documentos produzidos, bem como que todas as atas já disponíveis
224 e gravações anteriores das reuniões do Conselho estavam sendo organizadas e
225 disponibilizadas ao público por meio do Drive institucional e do canal oficial do
226 Conselho na plataforma YouTube. Na continuidade dos debates, a conselheira Grazielle
227 ressaltou a importância da produção de atas em todas as reuniões realizadas em nome
228 do Conselho, incluindo reuniões setoriais, reuniões dos grupos de trabalho, reuniões
229 extraordinárias e reuniões da mesa diretora. Destacou que a documentação
230 sistemática dos debates e encaminhamentos constitui instrumento essencial para
231 preservação da memória institucional do Conselho, garantindo continuidade
232 administrativa entre gestões e permitindo que futuros conselheiros tenham acesso aos



233 históricos das discussões e deliberações anteriormente realizadas. A conselheira Janine
234 informou que os exemplares impressos do Regimento Interno e das legislações
235 municipais relacionadas ao Conselho poderiam ser disponibilizados aos conselheiros,
236 comprometendo-se a providenciar a impressão dos documentos para entrega na
237 próxima reunião presencial. Prosseguindo, foi discutida a realização de reunião
238 extraordinária específica para nivelamento das informações relacionadas à
239 comunicação institucional, funcionamento das ferramentas digitais, utilização do Drive
240 compartilhado e esclarecimento de dúvidas dos conselheiros acerca de suas
241 atribuições regimentais. Grazielle destacou a importância desse momento para
242 fortalecer a atuação dos membros do Conselho, promover a integração entre os
243 segmentos representados e ampliar a compreensão coletiva acerca do papel
244 institucional do colegiado. Ao final do debate, também foram realizadas considerações
245 acerca da futura realização de reuniões híbridas do Conselho. O Presidente Kuíka
246 destacou a necessidade de avaliação prévia da estrutura técnica necessária para
247 garantir adequada participação simultânea dos conselheiros presentes fisicamente e
248 daqueles conectados virtualmente. Janine informou que buscaria diálogo com os
249 setores competentes da administração municipal para avaliar a viabilidade operacional
250 da medida, inclusive mediante eventual apoio técnico já existente em outros contratos
251 da Administração Pública. Por fim, Luma informou que o Grupo de Trabalho de
252 Comunicação estava finalizando o levantamento e organização dos grupos setoriais
253 existentes, os quais seriam posteriormente disponibilizados à sociedade civil por meio
254 dos canais oficiais do Conselho, com o objetivo de ampliar a participação dos agentes
255 culturais nas discussões setoriais e fortalecer os mecanismos de representação e
256 diálogo entre o Conselho e a comunidade cultural macaense. Nada mais havendo a
257 tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião
258 ordinária do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Macaé.